



**ASSOCIAÇÃO ÁGUA PÚBLICA**  
Rua D. Luís I, 20 F- 1249 Lisboa  
[aguapublica.associacao@gmail.com](mailto:aguapublica.associacao@gmail.com)

## **Declaração**

### **22 Março, Dia Mundial da Água**

No momento em que ocorre, no Brasil, o 8.º Fórum Mundial da Água, promovido pelo Conselho Mundial da Água, organização sem legitimidade política de decisão, e em que confluem os grandes interesses associados à mercantilização e privatização da água, importa afirmar, no Dia Mundial da Água, a defesa da água como um bem público de acesso universal, enquanto desiderato da luta que tem vindo a ser travada pelos povos pelo acesso à água potável, enquanto direito humano declarado pela Assembleia Geral da ONU em 28 de julho de 2010.

Luta que está presente no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), evento igualmente realizado no Brasil sob o lema «Água é um direito, não é uma mercadoria», e que junta os movimentos sociais, sindicatos e população que reafirmam que a «água deve estar a serviço dos povos de forma soberana, com distribuição da riqueza e sob controlo social legítimo, popular, democrático, comunitário, isento de conflitos de interesses económicos, garantindo assim justiça e paz para a humanidade». Saudamos por isso o FAMA e expressamos a nossa profunda solidariedade ao povo brasileiro no combate pela democracia, pela justiça, pela soberania, pela defesa do seu património ambiental e natural, contra a privatização.

Neste dia, relembramos que em Portugal, mais de 43 mil cidadãos portugueses eleitores subscreveram e propuseram em 2013 à Assembleia da República, o Projecto de Lei **“Protecção dos direitos individuais e comuns à Água”**. Este projecto transpunha para a legislação nacional o direito à água e ao saneamento nos termos aprovados pela Assembleia da Nações Unidas e travava a privatização. Esta iniciativa, que em sede de Assembleia da República no ano de 2014 teve o voto contra do PSD e CDS, voltou a ser rerepresentado pelo PCP e BE no final de 2016, onde foi novamente chumbado, agora com os votos contra do PS, PSD e CDS.

A defesa da água pública tem-se desenvolvido face à intensificação dos elementos associados à ofensiva contra a gestão pública, desencadeada há mais de duas décadas, com intervenções dos governos de turno do PS, PSD e CDS, visando a sua mercantilização e a sua entrega às grandes multinacionais do sector deste apetecível filão de negócio (actualmente superior a 2 mil milhões de euros).

Num momento em que o País tem sido assolado por um período de seca extrema, com particular incidência na região sul, e em particular no Alentejo, provocando efeitos negativos sobre a atividade económica e a vida das comunidades (por ex: o acesso das populações à água com recurso a medidas de emergência), importa afirmar que, pesem embora as causas da seca sejam de origem variada, as suas consequências não se podem dissociar dos efeitos das políticas de direita que têm dominado o País.

A realidade actual evidencia a enorme fragilidade para se ultrapassar a situação. Tal fragilidade resulta das opções da política de direita protagonizada por PS, PSD e CDS, de não concretizar investimentos previstos ao longo dos anos em diversos instrumentos de planeamento, no Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, no Plano Nacional da Água, nos Planos de Bacia Hidrográfica, entre outros. A consequência é a falta de capacidade de armazenamento de água necessária para responder aos efeitos da seca, tal como é reconhecido por entidades ligadas ao sector.

É tendo em consideração a necessidade de assegurar o direito ao acesso à água sem constrangimentos económicos impostos por objetivos de mercantilização e privatização, que a Associação Água Pública reafirma, nesta data, a defesa da água e da sua gestão pública democrática e de qualidade, como factor determinante no cumprimento da Constituição da República Portuguesa e dos direitos dos cidadãos.

Lisboa, 21 de Março de 2018

Associação Água Pública